

- I -**MOVIMENTO TEÓRICO DA ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR NO BRASIL:
ALGUMAS CONSIDERAÇÕES****Alda Junqueira Marin**PUC/SP, Brasil
aldamarin@pucsp.br**Sandra Maria Sanches**PUC/SP, Brasil
sanches.sandramaria@gmail.com**Introdução**

O presente texto apresenta um breve histórico da constituição das bases do desenvolvimento da área de conhecimento em Administração Escolar no Brasil, com a intenção de colaborar no desvelamento da tendência pragmática, sem reflexão que está presente no campo educacional e se verifica na prática educacional que hoje se configura por uma gestão de e para resultados, aos moldes empresariais. Entender o movimento teórico desta área de conhecimento é fundamental para a problematização do paradigma vigente na prática diretiva e docente, bem como o impacto deste nas políticas de formação tanto dos profissionais quanto do alunado.

O reconhecimento da administração escolar enquanto área de conhecimento decorreu de sua inclusão nos currículos de todos os cursos de Pedagogia e também da criação do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), em 1937. Em 1941, Lourenço Filho, criador e primeiro diretor desse instituto, publica um pioneiro e preliminar estudo da administração escolar no Brasil.

Em 1969, uma nova regulamentação do curso de Pedagogia reorganiza a estrutura curricular do curso com a criação da parte diversificada para habilitações específicas visando à formação de especialistas para atuar na administração escolar, na supervisão ou na orientação educacional no âmbito das escolas e sistemas escolares.

Trata-se de uma área de conhecimento reconhecida, tanto pela política educacional quanto pelo senso comum, como atividade determinante no alcance, ou não, dos objetivos educacionais e, portanto, de grande impacto na prática docente. Ela não se contrapõe à docência, tampouco se limita à docência, observação que elimina a tendência em manter a dicotomia entre administrativo e pedagógico.

A despeito de sua importância, essa área de conhecimento sofre, ainda, da necessidade de avanços desde sua sistematização. Resgatar esse debate e a face política desta área é de suma importância para uma análise crítica das políticas educacionais e das determinações da burocracia estatal.

Estudos Teóricos

Os princípios da Administração Escolar, no Brasil, foram desenvolvidos com base nos fundamentos da área da administração geral, do início do século XX, a partir do americano Frederick Taylor, o precursor da eficiência industrial que visava o aumento de produtividade e eficiência do trabalho por meio da divisão entre o trabalho de execução e trabalho de planejamento e, também, do francês Henri Fayol que, assumindo a lógica sistêmica de base biológica, estabeleceu os princípios gerais da administração científica classificada como universais e que, portanto, poderiam ser utilizados em qualquer tipo de organização (STERCHELE, 2016).

Um dos precursores dos estudos em administração escolar, no Brasil, foi Carneiro Leão que desenvolveu estudos visando à sistematização da área. Define a administração escolar como indispensável à formação profissional do diretor de escola. Para o autor, esta é uma atividade tão importante quanto complexa que exige “uma preparação, uma cultura, uma habilidade, uma visão de conjunto e uma capacidade de comando deveras notáveis” (LEÃO, 1953, p. 99). Identifica como determinante histórico para a administração da educação o fato de que os sistemas nacionais de educação são organizados sob o imperativo político. O autor afirma que a eficiência e o sucesso de uma política educacional, na administração escolar, requer capacidade técnica, cultura geral e científica, habilidade profissional possibilitada por uma formação específica e sólida para o diretor de escola reconhecendo que este deve ser um professor com o conhecimento da política educacional e da administração. Assevera a necessidade de cursos capazes de atenderem a necessidade social.

Contemporâneo de Carneiro Leão, José Querino Ribeiro, esboça uma teoria da administração escolar. Ambos estão envolvidos e influenciados pelo paradigma norte americano em seus estudos acerca da Pedagogia e da administração da educação bem como com o desenvolvimento de uma política educacional diante de um contexto de complexidade, apresentado pela escolarização, o qual é marcado pela imensidade e variedade na atividade escolar. A pressão das novas influências filosóficas, políticas e científicas impulsiona também a didática a ensaiar novos métodos e técnicas de abordagem dos educandos.

Querino Ribeiro, sob influência maior de Fayol, define a Administração Escolar como área científica que abrange complexo conjunto de processos em relação à filosofia e política na vida escolar (RIBEIRO, 1988, p. 179). Para esse autor, a administração escolar está intrinsecamente relacionada à política educacional, que ele define como o estilo de ação, o *modus faciendi*, por meio

de um sistema educacional, os objetivos propostos pela filosofia de educação. Conclui que a filosofia estabelece os ideais, a administração os meios de ação e a política determina de que maneira os meios serão estabelecidos e usados.

O final dos anos 1970 e início dos anos 1980 foi um período de crítica ao pensamento clássico que defendia convergências entre a administração científica e a administração escolar. Vários estudiosos do tema como Maurício Tragtemberg, Miguel Arroyo e Maria de Fátima Felix foram os principais críticos cujos estudos, no Brasil, desvelam o papel ideológico da teoria da administração.

Vítor Paro realiza estudo responsável pela difusão de uma concepção de gestão escolar que tensiona as bases teóricas e conceituais até então desenvolvidas. Sua proposição era examinar as condições de possibilidade de uma administração escolar voltada para a transformação social. O autor define administração como a “utilização racional de recursos para a realização de fins determinados” (PARO, 2009, p. 45).

O embate acerca dos fundamentos da administração escolar a partir do modelo da administração científica e o movimento histórico, político e econômico vivido, no Brasil, a partir dos anos 1980, momento reivindicatório de redemocratização, favoreceu e até justificou a mudança terminológica de administração escolar para gestão escolar. Para Souza (2006), essa alteração imprimiu, a esta área de conhecimento, o reconhecimento de que se trata de um processo político pedagógico e acrescenta a estes estudos a preocupação com a democratização da gestão escolar. Porém, como conclui Sterchele (2016), esta mudança não representou inovação de seu significado no âmbito da prática educacional real.

Considerações finais

A tentativa de alterações em face da substituição do termo Administração Escolar por Gestão Escolar não viabilizou o desenvolvimento de paradigmas de enfrentamento à lógica empresarial na organização escolar.

A aplicabilidade da administração como meio para atingir fins na realidade escolar não pode perder de vista o objetivo do processo educacional que envolve a escola, instituição social responsável pelo ensino e pela aprendizagem com vistas à formação ou humanização das pessoas, fim este que é antagônico aos fins perseguidos pelas empresas privadas.

O grande desafio desta área de conhecimento, como em outras áreas da educação, parece ser o da necessidade de dedicar-se ao estudo das práticas como fonte de informação e análise. O fato de ter se desenvolvido sempre atrelada a cursos parece levar o desenvolvimento e sistematização de conhecimentos apenas em relação a princípios teóricos vindo de outras áreas ainda que se considere

a relação indissociável da técnica e a macro-política, esta, sim, presa à lógica empresarial que envolve o processo educacional.

Referências

LEÃO, Antonio Carneiro. *Introdução à Administração Escolar*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1953, 3ª edição.

RIBEIRO, José Querino. *Ensaio de uma teoria da Administração Escolar*. São Paulo: Saraiva, 1988, 2ª edição.

PARO, Vítor H. Formação de Gestores Escolares: a atualidade de José Querino Ribeiro. *Educ. Soc.* Campinas, vol. 30, n. 107, p. 453-467, maio/agosto, 2009.

SOUZA, Angelo Ricardo de. Perfil da Gestão Escolar no Brasil. Tese de Doutorado. PUC/SP: PEPG em Educação: História, Política, Sociedade. 2007.

STERCHELE, Camila Santos. Administração e gestão escolar: há razões para alterações? Dissertação de Mestrado. PUC/SP: PEPG em Educação: História, Política, Sociedade. 2016.